

## ENTRE FRAQUEZA E CERTEZA

Ricardo Goldenberg

*A François Perrier, pelo modo de ser psicanalista,  
e de ser gente*

*Entre fraqueza e certeza* é o título, poderia ter escrito *Entre debilidade e loucura* porque é disso que se trata, mas preferi manter a ênfase numa certa intuição, já que queria estas reflexões mais perto da experiência.

O percurso daquele título e deste artigo começou quando a Rosane [Weber Licht] me convidou a escrever sobre a loucura e respondi, em guisa de desculpa, que estava ocupado com a liberdade. Ela então me lembrou<sup>1</sup> uma frase de 1946...

O ser do homem não apenas não pode ser compreendido sem a loucura, como não seria o ser do homem se não fosse portador da loucura como limite da sua liberdade<sup>2</sup>.

...E me deixou sem pretexto para não escrever.

Podia usá-la como epígrafe para meu próprio texto, que apareceria assim engalanado com roupa fina de elegante classicismo francês. Fantasiado seria mais exato dizer; como fingir familiaridade com a nobreza para melhor disfarçar uma suspeita origem plebeia. O tecido com que foram confeccionadas tais vestes merece, a meu ver, melhor destino que paramentar uma impostura.

Pode-se tentar uma leitura, quem sabe.

A passagem foi recortada de uma conferência em Bonneval, feudo do Dr. Henri Ey, com quem o autor polemiza seriamente a propósito da origem orgânica ou não da psicose. Chamá-la de loucura em vez de psicose, note-se, já implicava uma

---

<sup>1</sup> Segundo a Rosane, a boa lembrança deve-se a Leda Bernardino, de quem ela não seria senão a portavoz. Em todo caso, seja dito meu muito obrigado a ambas.

<sup>2</sup> LACAN J. “Propós sur la causalité psychique” in *Écrits*, Paris: Seuil, 1966

decisão política sobre o problema da organicidade, na medida em que “a loucura [seria] um fenômeno de pensamento” —isto é, não de organismo— e, mais ainda, ela “é vivida toda no registro do sentido”<sup>3</sup>.

O autor parece ter considerado a sua própria frase um achado, a ponto de retomá-la duas vezes em vinte anos. Chama tanto mais a atenção que tenha retido esta passagem da sua intervenção do pós-guerra, carregada como está de noções pesadamente criticadas por ele mesmo ao longo dos anos. É de se imaginar que, malgrado tal lastro, devia considerar que estava bem dito ali o que desejava dizer.

A primeira evocação é de 1957, enquanto considera as “questões preliminares a *todo tratamento possível* (!) da psicose”, escreve, após citar-se:

o que estamos afirmando aqui é que, uma vez reconhecido o drama da loucura, a razão é seu assunto, *sua res agitur*, por ser na relação do homem ao significante que tal drama se situa”.

Enlouquecer seria o trabalho da certeza incontornável de uma interpretação. O inquestionável de uma evidência, no caso da alucinação —no sentido exato do “ver para crer”—, mas a experiência do evidente esconde que se trata de uma conclusão *pensada*, assumimos que os dados dos sentidos nos chegam sem mediação da linguagem o que não é jamais o caso. Longe de tratar-se da perda do juízo estamos diante da obra de um julgamento assertórico<sup>4</sup>, ou ainda, no caso da paranoia, apodítico<sup>5</sup>.

O ensaio continua assim:

o perigo que nos é advertido, de delirar junto com o doente, não vai nos intimidar, assim como não intimidou Freud. Nós sustentamos, assim como ele, que convém escutar quem nos fala menos [como o portador] de uma mensagem que provêm de um sujeito além da linguagem, que como uma palavra [*parole*] além do sujeito [da consciência].

O delírio seria pois do mesmo estofado dos sonhos e do sintoma. É interpretável porque já é uma interpretação.

---

<sup>3</sup> Lacan, J. “*Propós sur la causalité psychique*” in *Écrits* Paris: Seuil, 1966.

<sup>4</sup> Assim é.

<sup>5</sup> Assim tem que ser

O escritor-orador<sup>6</sup> cita-se novamente em 1967, durante o discurso de encerramento das jornadas dedicadas à psicose na criança, ressaltando muito especialmente que ali se interroga bem de perto o problema da determinação psíquica, ou seja, acrescenta, *as relações entre insanidade e liberdade*. Não é louco quem quer, senão quem pode.

\* \* \*

A figura da loucura primeira a que se refere o trabalho de 1946, tão geral quanto inevitável, constitutiva do humano, é o enamoramento pela própria imagem no espelho do próximo —fenômeno que muitos anos mais tarde chamaria com o brilhante achado de *hainamoration*—: “a paixão de ser um homem [...], esta loucura pela qual o homem se crê um homem.” O enlouquecimento inicial, matriz de qualquer outro, deve ser procurado na *identificação primordial* mediante a qual me tomo pelo que sou. Se louco é quem se acha Napoleão, não é menos louco quem crê ser... quem é.

Quanto ao próprio Bonaparte, seguramente permaneceu o genial estrategista que a história nos conta que foi enquanto estivera ciente da diferença entre ele e Napoleão, e sua queda final não deve ter sido alheia à perda da medida daquela distância. Contam que o lendário militar chinês Hiu-Siu foi consultar um mestre zen para confessar-lhe seu tremor antes de cada batalha e exigir-lhe uma fórmula para não mais temer. “Quando Hiu-Siu esquecer Hiu-Siu, ele será um grande general”, foi a resposta —apenas isso. Algo semelhante escutou de seu psicanalista um adolescente assombrado pela perspectiva do fiasco de sua performance masculina: “não se pode estar em campo e na arquibancada ao mesmo tempo”. E por falar em futebol, o *nosso*

---

<sup>6</sup> Se trata sempre de conferências publicadas.

rei dá sinais de cordura quando, lembrado do Edson Arantes do Nascimento, fala do Pelé em terceira pessoa.

Já Lacan —que também falava de si em terceira pessoa— não cessa de nos lembrar que tal captação pela imagem própria depende de, está comandada por e deve ser referida a jogos de linguagem. E é precisamente em cima dos destinos desta captação que ele funda seu diagnóstico de *psicose* (não de loucura, que não é uma entidade passível de ser diagnosticada) as três vezes em que se debruça longamente sobre casos clínicos desta índole: Marguerite “Aimée” Anzieu, o Presidente Schreber e James Joyce. Em todos *deduz a psicose da perda do imaginário*.

O defeito estaria no gancho simbólico —a preclusão do significante que deveria ter funcionado como nome-do-pai—, mas o enlouquecimento deve-se ao imaginário se ter desenganchado do simbólico. Embora a psicose seja um fenômeno do campo simbólico, o drama do louco consiste em seu exílio do universo da representação. Com a preclusão do significante paterno o doente perde pé no registro imaginário da sua experiência, ficando os registros simbólico e real encavalados por falta do elo que os manteria em boa ordem e equilíbrio. Esta seria a descrição borromeana da observação de Freud na Metapsicologia, de que na psicose *as palavras são tratadas como coisas*. Quando discute Joyce, Lacan não pode ser mais claro, o escritor irlandês só não extraviou seu imaginário por ter conseguido amarrá-lo mediante a escrita. Assim como concertamos com arame o parachoque do carro que está para cair, assim Joyce fez um nó de literatura para segurar seu *ego*. Caso contrário, o teria perdido e se precipitado na demência.

\* \* \*

Aqui diríamos “nessa você me pegou”, para alguém cuja pergunta nos deixou sem resposta. Em Buenos Aires dir-se-ia *me mataste*. Uma vez escutei um pai tentando fazer entender sua filha esquizofrênica que ter dito aquilo para ela não implicava numa acusação de tê-lo assassinado, e a prova estava em que continuava

vivo e falando com ela pelo telefone. Era apenas um *modo de dizer*, explicava, que com a pergunta que fizera, ela o deixara sem resposta, “como se estivesse morto”. A moça porém não arredava pé, inconformada: “sim, mas *por que* me disseste que eu te matei? Eu só te perguntei se você lembrava do nome daquela costureira amiga da mamãe...” Então, o homem explicou pacientemente, ainda uma vez, que se tratava de uma *figura* de linguagem que *não devia* ser entendida *literalmente*; uma daquelas formas de expressão que *se dizem sem pensar* porque acreditamos que todo mundo as conhece. “Sim, mas eu não te matei”, insistia ela, angustiada. “Não querida”, concluiu o pai, antes de desligar com um suspiro, “você não me matou. Te mando um carinho, meu amor, dorme bem. Amanhã te ligo.” E depois, olhando para mim, sentado na mesa do café na sua frente, acrescentou: “não é fácil.”

Não, não deve ser fácil.

Entretanto, uma coisa é certa, pode-se dizer desta moça que é louca, mas não que ela é burra. E não deixa de ser irônico que a fama de burros dos portugueses esteja baseada mormente no uso *literal* que eles fazem da própria língua, uso que parece rejeitar a fácil convivência com que nós, inteligentes, tratamos as pressuposições de quem nos fala. Passamos o dia interpretando a fala dos outros, lendo entrelinhas, os portugueses, menos.

—Senhor, por favor, sabe as horas?

—Sim, claro.

Os psicóticos, como alguns portugueses, não lêem entrelinhas; não se sentem obrigados a perguntar “o que você *quis* dizer com aquilo que disse?” O fato de lerem ao pé da letra não lhes facilita a vida, decerto, mas tampouco faz deles débeis mentais. Ao contrário, de seguirmos a idéia de Lacan sobre a debilidade mental, os fracos de pensamento somos nós, eternos hermeneutas. Já eles são fortes da cabeça, não cedem. Permanecem firmes, agarrados a um único discurso, enquanto vagamos, divagamos e erramos de um em outro. Acredito, porém, que debilidade mental não deve ser

entendida aqui como sinônimo de oligofrenia, retardo ou déficit de inteligência. Débil não se opõe a genialidade mas sim a consistência.

Soube de uma polêmica recente sobre a opinião de mestre Lacan a este respeito. Bizantina, como costumam ser as querelas de lacanianos. Havia o bando dos defensores de que débil seria ler entrelinhas e os partidários de que débil seria *não* ler entrelinhas. *Ambas* posições parecem algo fracas, se posso dizer assim, apoiadas precariamente em um comentário enviesado do mestre sobre a palavra latina para inteligência, *intelligere*, que forçando um pouco a barra fonológica pôde ser deslizada até *interlegere*, “entreler”. Chego a me perguntar, às vezes (e note-se que não me excludo), se não são precisamente tais exercícios de interminável hermenêutica, de exegese infinita, a melhor ilustração da mencionada debilidade mental, definida, agora sim, como *interlegere*. Neste sentido, os mais inteligentes seriam os mais débeis, porquanto incapazes de se aterem à letra. Como dizia, divagam, erram, especulam... enfim, fatigam-se à toa.

Em 1975, palestrando em Yale para *scholars* de primeiro time, o francês provoca em inglês:

A psicose é uma tentativa de rigor. Nesse sentido, diria que sou psicótico. Sou psicótico pela simples razão de que sempre tentei ser rigoroso.

Isso vai bastante longe, evidentemente, já que eu suponho que os lógicos, por exemplo, que tendem para esse objetivo, e os geômetras também, partilham em última instância de uma certa forma de psicose. Hoje eu penso assim. Eu não embarquei na tese [*de doutorado*] imprudentemente, consegui juntar trinta e três casos de psicose: em nenhum deles achei uma exceção nesta busca de rigor.

Já em Paris dirá aos franceses que ainda não é *suficientemente* psicótico: seria mais rigoroso se fosse. Imagino que pensava em seus “matemas”, dos quais parecia muito se orgulhar. Queria-os um exemplo do rigor de um Cantor, mas não deixa de insistir entretanto “[na] ênfase no estilo, que repito ser tão importante para o caminhar quanto os grafos a que conduz.”<sup>7</sup> O estilo conduz aos grafos, não o contrário.

---

<sup>7</sup> Lacan J. *De um discurso que não fosse semblante*, Rio: Zahar, p. 63

Acreditar que eles se bastam a si mesmos, sem uma fala que os sustente parece antes um exemplo de preguiça mental que de rigor demencial. Que os matemas pensem por nós —no mesmo sentido em que se diz *ora pro nobis peccatoribus*— soa como uma aspiração algo neurótica. Matemas, grafos, topologia, nós borromeanos, cálculo lógico, fórmulas (pseudo)matemáticas não passam de vento fora do discurso que lhes dá serventia e consistência.

Isto, pelo lado da teoria.

## 2

A questão é a seguinte: virar psicótico ou não. Toda psicanálise caminha sobre a borda dos poços, proibida de ter vertigem! Já que, onde está o fundo?<sup>8</sup>  
François Perrier, 1985

Pelo da clínica...

digamos que, embora tenha-se por adquirido que a histerização é a condição necessária para se virar analisante, eu seria prudente antes de sair pregando por ai a psicotização como critério para o fim da análise. No mínimo, por isso de que a escolha do louco não é para qualquer um —outro modo de dizer que, via de regra, escolhemos a trilha facilitada, o caminho do fraco, a debilidade, enfim<sup>9</sup>. Ou, por outra, desistimos de pensar e optamos por seguir o discurso do Outro, isto é, o inconsciente,

---

<sup>8</sup> Perrier, F. *Voyages extraordinaires en translacanie*, Paris: Lieu Commun, 1985, p.27

<sup>9</sup> “Como fazer para ensinar o que não se ensina? Eis aí por onde Freud caminhou. Ele considerou que nada era mais do que sonho, e que todo mundo —se podemos nos exprimir assim— *todo mundo é louco, quer dizer, delirante*. É bem isso que se demonstra, no primeiro passo em direção ao ensino. Mas falta demonstrá-lo.” **Lacan J.** *Ornicar?*, n°17/18, 1979, pp. 278. Agradeço ao meu amigo Flávio Fontenelle a oportuna lembrança, que me permite sugerir que a loucura e a debilidade dizem respeito aos assinantes do inconsciente, mas a psicose talvez não.

que nos traça um desígnio que não conhecemos e, salvo melhor análise, não queremos conhecer.

Não posso deixar de mencionar neste ponto o trabalho fundamental de Jean-Claude Maleval, de 1981, “A loucura histórica não é uma psicose”.<sup>10</sup> Não apenas por decidir esta vacilação entre loucura e psicose, que optei por não esconder nem normalizar no meu comentário, como também por deixar em evidência um problema clínico de primeira grandeza, inexplicavelmente relegado hoje em dia.

É necessário enfatizar a importância da diferenciação entre as estruturas históricas e psicóticas para a prática do psicanalista. Este último, como lembrava Lacan em sua conferência de Lovaina, deve avaliar se a demanda que lhe é dirigida é apta para engajar o processo analítico ou não; desta feita não haveria risco de contraindicação da análise —como afirmava no seu seminário de 31 de maio de 1956—, caso o praticante não tivesse tido a experiência de como uma ou duas sessões “um pouco mais quentes” correm o risco de desencadear uma psicose alucinatória crônica. Longe de considerar, como alguns dentre nós, que o diagnóstico de estrutura seja uma seqüela psiquiátrica, parece-me fundamental lembrar que não podemos poupar-nos disso, e que ali está em pauta um problema ineludível de ética psicanalítica.

Uma coisa é loucura, outra, psicose. Esta consiste na “intrusão psicológica de um significante”, que faz o alucinado entrever um abismo no Outro no qual se precipita, ao passo que “a loucura histórica seria um transtorno fundamentalmente social, que pende sem cessar para o lado da imagem do outro”. Desde que a antipsiquiatria contribuiu para difundir a psicose esquizofrênica como modelo até nos supermercados, a esquizofrenia se apresenta como “a maneira conveniente de estar louco em nossa sociedade”, e as históricas, sempre sensíveis ao apelo social, adotaram dito modelo para enlouquecer. Assim como na época de Charcot mimetizavam as epilepsias, hoje insistem em “psicotizar-se” adequadamente.

“O delírio histórico não está suscitado pela intrusão psicológica de um significante; trata-se ali da relação com uma imagem especular invasiva; a projeção fantasística, frequentemente focalizada sobre a imagem do duplo, que já não é mais reconhecida como tal.” Maleval abre a porta do delírio de influência histórico com a chave lacaniana para compreender a angústia<sup>11</sup>. A perda de apoio da carência fálica,

---

<sup>10</sup> Maleval, Jean-Claude. “La locura histórica no es una psicosis”, 1981. Sem dados editoriais

<sup>11</sup> Remito ao denominado seminário X para entender a tese de Maleval.

necessária para sustentar o desejo, induz a uma positivação do falo no plano da imagem especular, que se manifesta como uma figura do duplo projetada no lugar do Outro.

Quando a carência [fálica] torna-se representável, passa a encarnar-se em uma imagem de onipotência, de destino, à qual o sujeito fascinado se consagra, porém não sem ódio. Estabelece uma relação com a i(a) de maneira tal que vira demasiado escravo dela para poder referir-se a um terceiro. A relação dual pura, afirma Lacan, despoja o sujeito da relação com o grande Outro (A), razão pela qual *é legítimo, estruturalmente falando, utilizar o conceito de delírio histérico.*

Maleval acompanha Lacan de perto: “a desestruturação das balizas do conhecimento especular, da mais sutil despersonalização até a alucinação do duplo, *não possuem em si mesmas nenhum valor diagnóstico* no que concerne à estrutura do sujeito (a psicótica entre outras).”<sup>12</sup> Os delírios oníricos estão constituídos por significações metafóricas, não são produzidos por uma deriva do significante desencadeado. Ainda que a pura relação dual prive o sujeito da sua relação ao terceiro simbólico, esta desposseção nunca é total, o delírio histérico, segundo Perrier, continua sendo um apelo dirigido ao Outro. O delírio seria uma metáfora, o que não é o caso na psicose. Há muitas manifestações do real além da preclusão do nome-do-pai: a experiência do sinistro e a angústia, sem ir mais longe.

\* \* \*

James Joyce cancelou a assinatura do seu inconsciente, Lacan *dixit*. Nada sei sobre isso, mas de ser assim, deve-se concluir que *Finnegan's Wake* seria o contrário da escrita automática de Breton. Nada ali é librado ao acaso, tudo fora minuciosamente trabalhado, letra por letra. Nós, assinantes, podemos permitir-nos falar sem eira nem beira —associação livre, dizem que é—; flamar a esmo; boiar com a corrente, por acreditarmos que o capitão há de levar-nos em definitiva a bom porto. É a nossa fraqueza, a nossa crença e a nossa saúde mental. Este amor pelo

---

<sup>12</sup> Lacan J. “De nos antecedents” in *Ecrits*, Paris: Seuil, 1966.

inconsciente, enfim, que sabe de mim o que não sei (não quero saber, e tenho raiva de quem sabe).

Este psicótico —não disse louco— *desabonné de son inconscient*, que nos é apresentado sob ares sedutores, haveria que ter cuidado com ele. A sua submissão absoluta à literalidade impede o menor efeito metafórico, único que permitiria ao interessado beneficiar-se de alguma libertação do efeito alienante da linguagem. “Separação” dizia Lacan em 1964, que se verificaria, dentre outros modos, pelo uso criativo da língua —com a finalidade de metaforizar a posição objetual que o sujeito teria tido junto a seu Outro primordial—, uso que termina nos melhores casos por constituir um estilo.

Cabe lembrar aqui que partimos de uma frase que dizia ser a loucura o *limite* da liberdade —a loucura, não a psicose—, e chegamos a um “tomara eu fosse psicótico —nao louco— para poder ser mais rigoroso”. Acredito que o mencionado limite se refere ao enrijecimento da capacidade de inventar metáforas. Esta é a liberdade interdita: a liberdade de deixar-se levar pela metonímia até poder arriscar o corte e a substituição que produz um sentido novo. “Um novo amor”, dirá em 1973, citando Rimbaud. Pelo jeito, o demente permanece preso a velhos amores.

Dizer ao bebê, enquanto mordisco a sua barriga, “te como crú!”, é metafórico, e produz alegria em ambos. Isso porque não acredito ser Saturno, já que nesse caso os jornais apresentar-me-iam como o “Canibal das Perdizes”, e para o menino, certamente, não teria a menor graça. Por outro lado, se eu me chamasse Goya e pintasse a devoração nas paredes de meu porão, para exorcisar o horror de ter estado sob Napoleão —para voltar a ele pela última vez—, diria que se trata de um ato de separação, que não deixa de incluir a angústia que provocam minhas pinturas no espectador que imagino —esses quadros não foram vistos por (quase) ninguém na época—, e cujo sucesso consiste em permanecerem inquietantes até hoje. Caso não puder metaforizar minha posição objetual estarei fadado a ser devorado de modos demasiadamente reais. “Destas três categorias [RSI] os melhores representantes são os pirados. Os loucos de pedra não duvidam nem por um instante que estão no real.” Isto

é ser psicótico. Ou louco? Enfim, seja como for, não vejo em quê poderia constituir-se como ideal para ninguém.

\* \* \*

Quanto à liberdade, ideal dos ideais, ela se acomoda bem em três miragens: o mendigo, o louco e o assassino. Os vagabundos, livres das ataduras da sociedade e da educação; os loucos, libertos do peso da razão e os assassinos, liberados dos grilhões da lei. A contracultura é sem dúvida um sintoma social destes ideais históricos. Apenas menciono, a título de ilustração, três filmes representativos da época. *Easy Rider* [*Sem destino*], de Dennis Hopper, 1969, para o vagabundo; *Targets*, de Peter Bogdanovich, 1968, para o assassino —que iria inaugurar uma verdadeira epidemia de *serial killers* nos Estados Unidos, dentro e fora da tela— e *One flew over the Cuckoo's nest* [*Um estranho no ninho*] de Milos Forman, 1975, para a loucura.

A invenção contracultural do louco livre decorre da concepção romântica da loucura (nunca psicose!) inspirada na antipsiquiatria de Laing e Cooper; na teoria da esquizofrenia como um ruído na comunicação, de Bateson e, também, nos trabalhos de integração do louco à sociedade comandados por Pichon-Rivière. Artaud era o ícone e o porta bandeira desta concepção, com seu *Van Gogh, o suicidado pela sociedade* e *O Pesa-nervos*. O artista francês era uma versão moderna do Presidente Schreber, cujo *Memórias de um doente dos nervos* seria o fundamento da teoria freudiana da psicose. Era a época da abertura dos hospícios, da reintegração do louco à sociedade, cuja segregação histórica tinha sido demonstrada por Foucault e da crítica não só do sistema asilar como de toda a psiquiatria clássica. É neste clima que começa a se falar de arte psicótica e a promover e valorizar as obras de doentes mentais que passaram a ser tratados como autores. Toda época tem seus heróis marginais, os da contracultura eram os loucos.

A idéia de que haveria arte na loucura origina-se nesta miragem. Conhecemos artistas talentosos e loucos, mas seu talento não se deve à loucura. Haveria antes que

concluir que fizeram obra apesar da doença, não graças a ela. A idéia de que os remédios ou a psicoterapia matam a criatividade junto com o delírio não passa de uma fantasia inspirada naquela idealização. Virginia Wolff não escreve como escreve devido à psicose maníaco-depressiva que terminou levando-a ao suicídio. Decerto as vivências da sua doença entravam na escrita com maior ou menor lucidez. E podemos eventualmente pensar —e aqui começam as águas escuras do abismo teórico e clínico da sublimação, no qual preferiria não mergulhar agora—, podemos até pensar, dizia, que o fato de saber escrever tenha um papel importante no modo como a mulher lidava com seus poços de desespero, mas não são estes que se transmutam magicamente em obras. Não foi a brutal lucidez sobre seu narcisismo mortífero, que salta aos olhos em todos seus romances, fortemente autobiográficos —sobretudo em *Confissões de uma máscara*—, que impediu o suicídio público de Mishima numa paródia tragicômica de ato samurai, transformado à sua revelia numa sátira involuntária da solenidade ritual que pretendia restaurar. A pergunta que nos fazíamos a respeito de Mishima nos anos setenta era, precisamente, por que o dom da escritura e a lucidez sobre a sua fantasia não ajudaram o escritor a evitar aquele suicídio patético.

E já que falamos em literatura, convém distinguir a psicose no texto, o texto psicótico e a psicose do autor.

Para nos aproximarmos desta distinção, vejamos um exemplo eminente. O já mencionado James Joyce, tido canonicamente como um dos maiores autores do século XX, cuja esperança explícita era provocar o espanto dos críticos durante trezentos anos, talvez tenha alcançado o duvidoso privilégio de gerar globalmente a opinião de “não li e adorei”. Joyce viu na psicanálise um modo de narrar, uma possibilidade de construção formal. Conhecia bem os livros em que Freud apresentava o inconsciente ao mundo científico e a sua presença é visível na trama de *Ulysses* e do *Finnegan's Wake*. Na trama da escrita, não nos temas. Não se tratava, para ele, de refinar a caracterização psicológica das personagens, como Dostoievski fazia, mas de executar uma modalidade de contar a história inspirada no funcionamento do inconsciente, que

o método freudiano se esforçara por trazer à tona e dele tirar partido para, precisamente, curar a doença mental. Joyce percebeu, então, que havia ali modos de narrar; que na construção de uma narração, o sistema de relações não precisa obedecer a uma lógica linear. Quando perguntado pela sua relação com Freud ele respondia: “*joyce em alemão é freud*”. De fato, ambos termos querem dizer “alegria”. Ou seja, faço o mesmo que ele faz, de outra maneira.

O escritor tinha uma filha chamada Lucia. Acontece que Lucia Joyce era psicótica, morreu internada numa clínica suíça em 1962. O pai nunca quis admitir que sua filha era doente e sempre a tratou como se não fosse. Ele se decide, contudo, mas por iniciativa dos outros, a consultar Jung —moravam na Suíça, na época—, que tinha escrito um ensaio sobre seu *Uysses*. Joyce mostrou os textos de Lucia para Jung —ela também escrevia—, e disse: “Veja, o que ela escreve é a mesma coisa que eu escrevo” —ele estava escrevendo *Finnegan’s Wake*. E o *Finnegan’s* pode perfeitamente caracterizar-se como um texto psicótico: fragmentado, sem sentido, saturado de neologismos e de uma estrutura absolutamente atomizada, como um quebra-cabeça desmontado. “Só que, onde o Senhor nada, ela se afoga”, teria respondido Jung. Onde o pai brinca com o cristal da língua, à sua maneira e para seu prazer, a filha às duras penas tenta amarrar os cacos de um psiquismo em frangalhos, para estancar a angústia e o terror. Num caso, há um autor que inventa um texto psicótico, com método e por escolha. No outro, uma pessoa que nada escolhe e se vê levada, sem alternativa, a produzir um arremedo de laço com o mundo, mediante um texto que, na melhor das hipóteses, é uma ponte frágil, em equilíbrio instável, para o próprio psiquismo do escritor não desabar definitivamente. Parece ser autor do que escreve, mas sem verdadeiramente sê-lo. No caso das memórias do juiz Schreber, temos um escritor clinicamente psicótico escrevendo um texto perfeitamente linear para contar um delírio, tratado como testemunho da realidade objetiva. A finalidade do livro era ser um documento nos autos da defesa do processo movido contra ele pelo Estado para aposentá-lo por insanidade. O livro é formalmente clássico, “normal”, digamos. O assunto, o conteúdo, é louco, a forma, não.

Outra coisa, ainda, é a psicose *no* texto, como tema. *Moby Dick*, é menos um romance sobre a caçada de uma baléia que a construção literária da paranoia do capitão Ahab; *Bartleby, o escrivão*, é um esquizofrênico. Mas, nem Melville é um autor psicótico, nem a forma da sua escrita é louca.

\* \* \*

Para (não) concluir

Em 1958 Lacan se refere ao “homem de um discurso sobre a liberdade que não vacilaremos em qualificar de delirante”<sup>13</sup>. Trata-se da *autonomia* propugnada pela ciência moderna —para a qual não existe impossível, apenas uma momentânea impotência—, que levaria até as últimas consequências os ideais da Revolução Francesa plasmados nos “Direitos universais do homem e do cidadão”. Sabemos onde isso tudo foi parar, e é tanto mais espantosa a clarividência de Lacan a este respeito que, antes mesmo de antecipar a era da segregação que seria inaugurada por semelhante discurso (coisa que faria dois anos mais tarde), foi buscar a interpretação deste delírio de autonomia do Eu no Divino Marquês.

É bem o Outro enquanto livre, é a liberdade do Outro que o discurso do direito ao gozo funda como sujeito de sua enunciação, e não de um modo diferente ao *Tu és* [pelo qual afirmo meu lugar de servo chamando o outro de senhor]. Sade retoma aqui Saint-Just onde corresponde. Que a felicidade tenha se tornado um fator político é uma proposição imprópria. Ela sempre o foi e arrastará consigo o cetro e o incensário que se acomodam a isso muito bem. É a liberdade de desejar que se apresenta como um fator novo, não tanto por inspirar uma revolução, é sempre por um desejo que se luta e se morre, mas pelo fato de que esta Revolução quer que a sua luta seja pela liberdade do desejo<sup>14</sup>.

A liberdade de desejar de quem, eis a questão. Não de um eu autônomo, que nada mais seria que a outra face da vontade de gozo do Senhor imaginário que meu sintoma faz existir. Este ponto se relaciona muito de perto com o programa do final da análise pensado como *dessubjetivação*.

---

<sup>13</sup> Lacan J. D’une question préliminaire [...] in *Ecrits*, Paris: Seuil, 1966.

<sup>14</sup> Lacan J. “Kant avec Sade” in *Ecrits*, Paris: Seuil, 1966.

Quando a gente faz uma análise, quando se está lá na função, na tarefa, digamos, acontece de vermos algo assim como o avesso da tapeçaria; desdobramos um pouco aquilo e a partir do momento em que vocês percebem que existe um forro, um avesso, e que além disso não se trata de um avesso mas da mesma coisa, *vocês passam a ter um pouco menos o sentimento de serem sujeitos livres*. O que se relaciona com esta confiança dada à própria subjetividade livre, nos andamos tocando isso bem de perto ultimamente, a conexão que isso tudo tem com um grande número de casos de psicose.<sup>15</sup>

A psicose, então, menos como modelo que como marco de referência, permitiria entender melhor o horizonte de “dessubjetivação” de uma psicanálise levada suficientemente longe (não me atrevo a dizer “até o fim”). A meu ver, “dessubjetivação” seria a experiência *pontual* de despersonalização de um Eu que teria atravessado as suas identificações fundadoras e constata não ser Senhor em sua própria casa. Entretanto —e encerro estas considerações em cima de uma questão talvez incômoda—, a exacerbação narcisista até a obscenidade caricata, que constatamos em velhos e tarimbados mestres psicanalistas ou nem tanto, mas que acreditam sê-lo, leva a pensar se não que a psicanálise fracassou rotundamente em sua missão de morigerar o narcisismo no seu aspecto mais mortífero (e patético, diga-se), como pensam alguns não sem motivo, ao menos que tal inflação narcísica parece ser um subproduto deletério da própria prática analítica nos praticantes, uma espécie de doença profissional da psicanálise, que análise nenhuma tem o poder já de curar.

*Conferência proferida na Associação Psicanalítica de Curitiba. Não sei mais em que ano*

---

<sup>15</sup> Lacan J. “Encerramento do congresso de Estrasburgo”, 1968